

Odebrecht questiona diligências

A Construtora Norberto Odebrecht, pelo advogado Nélio Seidl Machado, está questionando junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a legitimidade da diligência realizada pela Polícia Federal nas residências de dois diretores da empresa. O ministro Moreira Alves, relator no STF do inquérito contra o deputado João Alves (sem partido-BA), já solicitou ao delegado Magnaldo José Nicolau, responsável pelas investigações, as cópias dos autos de busca e apreensão lavrados durante as diligências nas casas de Manoel Ailton Reis e Rúbio Fernal Ferreira e Souza, em Brasília.

Nélio Machado disse estar convencido de que o auto de apreensão não foi lavrado "como manda

a lei". Ele também denuncia ao ministro Moreira Alves que o agente federal de nome Rodrigo vem coagindo por telefone o motorista da Odebrecht, Deusdeth Honório dos Santos, a comparecer à Polícia Federal para "subcrever, como testemunha, um auto de apreensão que teria de ser lavrado no dia da diligência".

O motorista, de acordo com a denúncia do advogado da construtora, presenciou a busca e apreensão, dia 25 de novembro, na casa de Ailton Reis. O trabalho dos policiais foi acompanhado por Magnaldo Nicolau e pelo senador José Paulo Bisol (PSB/RS). Na segunda-feira, durante o depoimento de Reis à CPI do Orçamento, o

senador Jarbas Passarinho deixou claro que não tinha conhecimento prévio da realização das diligências. E mesmo estando em Brasília, o deputado Moroni Torgan (PSDB/CE) foi quem fez os contatos com a Polícia Federal para articular as duas visitas.

O senador José Paulo Bisol, segundo Nélio Machado, não tem autoridade para "entrar na residência de alguém servindo-se de ordem judicial destinada à polícia judiciária". Esta ordem foi expedida por determinação do ministro Moreira Alves, atendendo a uma solicitação de Magnaldo Nicolau, reforçada pelo procurador-geral da República, Aristides Junqueira.